



3282 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPEd (2018)
GT02/GT 17 - História da Educação e Filosofia da Educação

A contribuição do Curso de Habilitação para o Magistério da Escola Professor Flodoardo Cabral
Maria Irinilda da Silva Bezerra -
Yasmin Andria Araújo Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
Ana da Cruz Ferreira - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

Nesse artigo buscaremos entender como se deu o processo de consolidação da profissão docente no Brasil, tendo como pano de fundo o estudo do Curso de Habilitação do Magistério da Escola Professor Flodoardo Cabral. Temos como objetivo analisar a organização didática e pedagógica do Curso do magistério da Escola Professor Flodoardo Cabral, compreendendo a importância do Curso para a constituição da profissão docente na região. Como metodologia será utilizada a abordagem qualitativa por meio de uma pesquisa bibliográfica e da análise documental de fontes escolares que possam evidenciar aspectos pedagógicos e curriculares da formação de professores por meio do curso de Habilitação no Magistério. Como aporte teórico utilizamos Bezerra (2010, 2015), Gondra; Schueler (2008), Vicentini; Lugli (2009) e outros. Concluímos que o Curso de Habilitação do Magistério era destinado a formação de professores para atuarem na pré-escola e ensino primário. Possuía um currículo amplo que atendia desde a formação de conteúdos até as técnicas de ensino e alfabetização, ainda disponibilizava de carga horária para os estágios supervisionados. Assim, concluímos que este curso prestou uma importante contribuição para a constituição da profissão na região.

Palavras – Chave: Habilitação, Magistério, Docente.

A contribuição do Curso de Habilitação para o Magistério da Escola Professor Flodoardo Cabral

Resumo

Nesse artigo buscaremos entender como se deu o processo de consolidação da profissão docente no Brasil, tendo como pano de fundo o estudo do Curso de Habilitação do Magistério da Escola Professor Flodoardo Cabral. Temos como objetivo analisar a organização didática e pedagógica do Curso do magistério da Escola Professor Flodoardo Cabral, compreendendo a importância do Curso para a constituição da profissão docente na região. Como metodologia será utilizada a abordagem qualitativa por meio de uma pesquisa bibliográfica e da análise documental de fontes escolares que possam evidenciar aspectos pedagógicos e curriculares da formação de professores por meio do curso de Habilitação no Magistério. Como aporte teórico utilizamos Bezerra (2010, 2015), Gondra; Schueler (2008), Vicentini; Lugli (2009), e outros. Concluímos que o Curso de Habilitação do Magistério era destinado a formação de professores para atuarem na pré-escola e ensino primário. Possuía um currículo amplo que atendia desde a formação de conteúdos até as técnicas de ensino e alfabetização, e ainda disponibilizava de carga horária para os estágios supervisionados. Assim, concluímos que este curso prestou uma importante contribuição para a constituição da profissão na região.

Palavras – Chave: Habilitação, Magistério, Docente.

1.0. PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE NO BRASIL

O debate sobre a profissão docente não é algo recente, mas nas últimas décadas tem se intensificado. O processo de consolidação da profissão docente no Brasil não ocorreu de um dia para o outro, levaram-se décadas até à docência ser compreendida como profissão. Quando em 1549 chegou ao Brasil os jesuítas, iniciou-se a história da educação escolar no país, com o objetivo de catequizar os indígenas e legitimar a imposição da cultura portuguesa sobre os nativos. Durante os séculos XVI e XVII os jesuítas foram praticamente os únicos educadores que tivemos e

permaneceram no Brasil exercendo grande influência sobre a formação intelectual da colônia.

É na primeira metade do séc. XVII que os trabalhos educacionais dos jesuítas entram em colapso, sendo que em 1749 o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas, visando a tomada do poder da Igreja para o governo. A educação passou então a ter por objetivo atender a economia mercantilista que se vivia naquele momento. Com a expulsão dos jesuítas, iniciou-se o processo de laicização da educação, com a chegada dos professores régios. Sobre isso Nóvoa (1995, p.15) ressalta que:

O processo de estabilização do ensino consiste, sobretudo, na substituição de um corpo de professores religiosos (ou o controle da igreja por um corpo de professores laicos (ou sob o controle do Estado), sem que, no entanto, tenha havido mudanças significativas nas motivações, nas normas e nos valores originais da profissão docente: o modelo do professor continua muito próximo do padre.

A seleção feita na hora da contratação era através de teste de moralidade e conhecimento da disciplina que lecionaria, ou seja, bastava o professor dominar o que iria ensinar e ter uma moral confiável que era considerado apto a trabalhar na educação. Não se percebia a preocupação de que o professor tivesse um preparo específico para lecionar, visto que a docência ainda não era considerada uma profissão. Os docentes não eram vistos com muito prestígio na sociedade, e economicamente falando eram desvalorizados. Durante o período colonial e até meados do período Imperial a formação docente não era específica.

Entretanto, é a partir das primeiras iniciativas de organização do sistema de educação primária que a docência vai ganhando status de profissão. A Lei Geral do ensino de 1827, marcou a história da educação, foi a primeira vez que o governo trata questões educacionais de forma mais geral, com essa lei o estado organizou a forma que a escola e os professores funcionaria, como explica (Santos e Medeiros, p.4):

“Essa primeira “LDB” foi um marco na história da educação brasileira, pois pela primeira vez o governo brasileiro aborda as questões relativas à educação de uma maneira mais geral. A mesma lei estabelecia que os Presidentes de Província definissem os ordenados dos professores; que as escolas deviam ser de ensino mútuo; que os professores deveriam providenciar a necessária formação no método Lancaster; e determinava os conteúdos das disciplinas.”

No artigo 3º da Lei Geral ficou definido que o salário dos professores seria entre 200 a 500 mil reis anuais, como os ordenados do professorado tão baixo, as pessoas não se sentiam atraídas a trabalharem na docência. Quanto ao método de ensino, ficou definido o lancasteriano, que era o já trabalhado no momento pela escola da corte para os soldados, a preocupação existente era com o método, os conteúdos eram preocupação de segundo plano, um não era ligado ao outro.

Como resultado da Lei Geral de 1827, houve a criação das escolas de primeiras letras, que visava o ensino da “leitura e escrita, operações básicas de aritmética, gramática nacional e os princípios da moral cristã” (BRASIL, 1827, p.72), através do método de ensino mútuo, esse modelo de ensino esperava acelerar o processo de propagação do ensino a um maior número de alunos por um baixo custo.

O Ato adicional de 1834 estabeleceu algumas mudanças em relação a instrução pública, passa ser obrigação da província e não mais do poder central regular o ensino primário e secundário, o governo agora cuidava apenas do ensino superior, a partir de então o ensino começou a desandar. Sendo assim a “ineficiência do método lancasteriano e atribuída sobretudo, a falta de instalações físicas a pratica adequada do ensino mútuo; e a ausência de fiscalização por parte das autoridades do ensino, o que tornava frequente nos relatórios a demanda pela implantação de um serviço de inspeção nas escolas.” (SAVIANI, 2010, p.130), com as críticas sobre a forma de organização do ensino ganhando força, acabou fazendo com que implementação do método fosse dificultada, e como a eficiência que fora prometida pelo método lancasteriano não aconteceu, por falta de toda uma estrutura pedagógica que o método precisava (VICENTINE e LUGLI, 2009), surgiu a necessidade de uma formação docente satisfatória. Em substituição do modelo Lancaster, a Escola Normal ganha destaque como a encarregada de formar docentes.

O Ato adicional teve grande participação no sentido de possibilitar a criação das primeiras escolas normais do Brasil. Primeira escola normal no Brasil foi criada em 1835, na cidade de Niterói, Província do Rio de Janeiro, depois, as demais províncias optaram por seguir o mesmo caminho e criaram suas próprias escolas normais. A condições de verbas que cada província tinha disponibilidade não garantia a estabilidade do curso, a sua existência incerta atraía um número baixo de alunos (não eram admitidas mulheres), por vezes ouvia notícias de “fechamentos e aberturas sucessivas dos poucos cursos existentes no país” (VICENTINE e LUGLI, 2009). A pouca procura pelos cursos se dava pela falta de prestígio e o baixo salário que docência oferecia. A preferência pelo modelo artesanal como indica Vilella (2005), também é um fator significativo, uma vez que o para entrar no Curso Normal necessitava ter 18 anos, no artesanal com 12 ou 13 anos já se podia exercer a função docente com remuneração. Devido a situação que se vivia “a maioria dos professores eram formados pelo sistema adjunto ou pela comprovação dos conhecimentos mínimos ou concurso, e não pela Escola Normal” (VICENTINE e LUGLI, 2009, p. 34). Com a recriação da Escola Normal de Niterói em 1859, nota-se uma mudança no pensamento educacional, as disciplinas que até meados do sec. XIX era responsabilidade de um único professor, ficou estabelecido um novo currículo que deveria ser desenvolvido por professores especialistas. Como destaca (VICENTINE e LUGLI, 2009, p. 35) a respeito do novo currículo:

[...] passou a haver um debate relativo às vantagens da introdução de disciplinas científicas no currículo, tais como química, botânica, física, zoologia e higiene, uma vez que a influência positivista no pensamento sobre educação já se fazia sentir. A organização curricular previa “cadeiras” (disciplinas) separadas, a serem lecionadas por especialistas.

A partir de meados do séc. XIX as disciplinas foram separadas por ano, dessa forma os alunos seguiam um percurso de aprendizagem. As primeiras turmas formadas no curso Normal foram do sexo masculino, foi somente em 1827 que criaram uma legislação que tratava da educação feminina, determinando o estabelecimento de escolas para a população de todas as vilas e cidades, porém foi só no final da década de 1870 que a coeducação ganhou força, no âmbito do currículo ainda tinha diferenças entre os dois sexos como ressalta Louro (1994, p. 446) “Para os meninos era ensinado noções de geometria, para as meninas noções de bordado e costura”, o currículo das mulheres era reduzido e enfatizavam o domínio do trabalho doméstico.

Em 1871 com a proclamação da Lei do Ventre Livre, o Estado e o governo passou a se preocupar com as questões educacionais dos filhos dos escravos, também estava em discurso a “necessidade de educar mulheres e superar o analfabetismo” (VICENTINE e LUGLI, 2009), nesse contexto foram surgindo novas métodos e materiais educativos, que tinha inspiração no pensamento positivista.

A reforma Benjamin Constant que aconteceu no ano de 1890, promoveu a reabertura da Escola Normal da Corte, com um novo currículo onde eram incluídas as disciplinas de caráter científico. Essa reforma também fundou o Pedagogium, que serviria como uma Escola de Aperfeiçoamento, como

destaca Vicente e Lugli, (2009), "deveria funcionar como um centro propulsor de reformas e melhoramentos para o ensino", porém o projeto perdeu a sua continuidade quando Benjamin Constant morreu em 1891.

No período republicano mudanças começaram a acontecer no âmbito educacional, como a organização de estruturas burocráticas de controle estatal, a contratação de inspetores com remuneração e um exemplo, antes eles apenas trabalhavam em troca do prestígio que a função ofertava, Vicentini e Lugli, (2009). Também se nota mudanças na estrutura física das escolas, as escolas tinham prédios próprios, com uma arquitetura apropriada para um ambiente de ensino.

No início do período republicano nota-se a influência dos intelectuais liberais que começaram a introduzir os primeiros ensaios de reforma pedagógica do ensino público onde destacavam o valor da observação e da experiência sensorial, dito "lições de coisas", o método intuitivo coloca a criança na presença das coisas, para que vejam, sintam, distingam, afim de conhece-las, (BUISSON, 1897).

A reforma realizada por Caetano de Campos, trouxe novas mudanças no currículo como novas disciplinas que eram lecionadas por professores especialistas vindo do exterior, além disso a escola era gratuita e para ambos os sexos. Com a reforma também foi criado a Escola Modelo do ensino primário, que era um anexo Escola Normal, nela os professores em formação poderiam praticar sob supervisão dos mestres.

Com as escolas Normais sendo disseminadas devido ao custo elevado, o número de professores formados estava sendo insuficiente, devido a esse fato, o Curso Primário Complementar passou a ser um curso de formação de professores, a respeito disso (VICENTINE e LUGLI, 2009) diz:

Quando tal modalidade passou a servir à formação de professores não houve alterações curriculares no antigo Curso Primário Complementar. A única iniciativa foi acrescentar, ao seu final, um ano de prática de ensino realizada em escola modelo anexa à Escola Normal. Após essa preparação mínima, o aluno poderia realizar concurso para ser nomeado professor.

A formação dos complementaristas se distinguiu em muitos aspectos aos normalistas, um deles é a seleção para entrar no curso, enquanto que o Normal passava por um exame de seleção, os complementaristas só precisava ter terminado o curso primário preliminar, além disso o curso só tinha um professor especialista para todas as disciplinas. Tanuri (2000, p.69-70) destaca a respeito dos cursos complementares que "a criação do curso complementar estabelecia um elo de ligação entre a escola primária e a normal e o ingresso na última passavam a exigir maiores requisitos de formação". Estes vários lócus de formação originalizou uma dualidade na profissão docente e uma nova categoria docente surgiu, os professores complementaristas. Agora, existiam os professores sem formação específica, os chamados leigos, remanescentes do império, os normalistas, e os professores complementaristas.

A decadência do ensino Normal ocorreu a partir da década de 1950, com o crescente número de escolas normais e a incorporação das camadas menos favorecidas nas escolas.

Várias críticas começaram a surgir tanto por parte dos professores quanto pelos técnicos em educação, combinado a isso também se sobressaiu os dados estatísticos do ministério da educação que demonstram índices de reprovação enormes na escola primária, Vicente e Lugli (2009) ressalta, "percepção da ineficiência das escolas para educar apropriadamente a população", as crianças das camadas populares, traziam consigo dificuldades a qual os professores nunca tinham se deparado. A baixa qualidade dos cursos também foi um dos motivos da decadência, uma vez que o currículo da Escola Normal se assemelhou com o do curso ginásial.

Em 1971 a escola normal passou por uma reformulação, que originou a criação do curso de Habilitação Específica para o Magistério, buscando reverter a perda de conceito dos cursos de formação. Essa nova modalidade de formação teve algumas modificações que o diferenciou do curso normal. Na promulgação da lei n. 5.692/71 as modificações foram especificadas, como destaca Vicente e Lugli (2009, p. 49) "O antigo ensino primário e o ginásio foram reunidos e passaram a constituir o ensino de primeiro grau de oito anos. Previu-se, ainda, a organização da segunda fase do ensino médio, ou colegial, de modo que todos os cursos oferecidos em nível de segundo grau fossem profissionalizantes", o estudante concluía o ensino médio, e saía preparado para a docência.

Quanto ao currículo, os conteúdos foram reduzidos e trabalhados de forma sucinta. A implementação da Habilitação Específica para o Magistério/HEM se deu de forma gradativa, e em condições diferentes em cada estado. Nem mesmo essa modalidade ficou livre das críticas, uma delas era a falta de conexão entre os conteúdos e as práticas docentes, já que os habilitados não viviam situações de aprendizagem durante a formação que mobilizassem os conhecimentos aprendidos, (VICENTINE e LUGLI, 2009). Em 1982 o MEC propôs um projeto que visava a melhoria das condições das escolas de formação de professores, os CEFAMs (Centros Específicos de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério), onde eram melhorados os currículos e ofereciam suprimentos de matérias didáticas para garantir a permanência no curso. Várias outras melhorias eram propostas, entretanto a realidade era diferente, em poucos estados os CEFAMs foram implantados, e mesmo nos que foram os objetivos propostos não foram concretizados, por fim o projeto não teve continuidade devido a própria descontinuidade da administração do MEC. Com LDB de 1996 foi dada preferência para a formação docente em nível superior. Em alguns Estados, os cursos de Habilitação no Magistério passaram a se chamar Cursos Normais Superiores, e em alguns estados foram extintos.

2.0. O CURSO DE HABILITAÇÃO PARA O MAGISTÉRIO DA ESCOLA PROFESSOR FLODOARDO CABRAL

As primeiras iniciativas de formação docente que o Vale do Juruá conheceu ocorreram através da Igreja Católica, de modo que as ações dos religiosos foram de extrema importância para a formação educacional de Cruzeiro do Sul. Foi neste contexto que ocorreu a criação do Instituto Orfanológico Santa Teresinha que teve como objetivo a educação de crianças órfãs e as jovens moças da região, ofertando cursos como o primário e o Curso Normal. No Curso Normal as meninas formadas saíam com uma forte influência cristã, como destaca (BEZERRA, 2015, p.193):

A formação das jovens no Alto Juruá deveria coadunar-se com o modelo feminino católico, preparando-as para serem futuras mães de família, que ministrassem, mais tarde, uma sólida educação cristã aos filhos e às demais crianças de sua comunidade. Vislumbrava-se um novo espaço de profissionalização para as moças e senhoras católicas, onde a instrução religiosa e a educação moral seriam os alicerces da formação.

Quando a formação era concluída, as alunas, saíam aptas a trabalhar como professoras, e também para atuar como donas de casa e cristã preparada para passar aos seus filhos, aos alunos e aos demais cidadãos a educação religiosa. E dessa forma o Curso Normal seguiu cumprido seu papel de formar professoras para os anos iniciais do ensino fundamental, que na época era denominado de ensino primário.

A partir da lei 5.692/1971 houve a substituição do Curso Normal pelo curso de Habilitação no Magistério, que era oferecida em determinadas escolas

de ensino médio (antigo segundo grau) e formava professores em nível secundário. A primeira escola pública a ofertar o curso a habilitação no Magistério foi a Escola de Ensino Técnico Professor Flodoardo Cabral, formando os primeiros professores habilitados no magistério em Cruzeiro do Sul por meio do ensino público, que passou a concorrer com o Instituto Santa Teresinha, escola privada que também oferecia o Curso de Habilitação no Magistério.

A escola de ensino médio Professor Flodoardo Cabral foi criada no dia 26 de novembro do ano de 1965, denominado inicialmente de "Colégio Comercial Professor Flodoardo Cabral", sua criação está amparada na Lei nº 44 de 22 de novembro de 1965 pelo Decreto nº 158 de 02 de dezembro de 1980. No ano de 1974 foram criados cursos técnicos em diversas áreas em que se existia carência de profissionais, entre eles estava o Curso de Magistério que funcionou de 1974 a 2004, de acordo com (PPP, Escola Flodoardo Cabral, 2016, p. 5). Atualmente a escola fica situada na Avenida 28 de setembro, nº 834, no bairro da Escola Técnica, é uma instituição Estadual, ofertando ensino de nível Médio. É mantida pela Secretaria de Educação e Esporte do Estado do Acre.

Desde sua criação, a escola ofereceu habilitações em diversas áreas, como nós podemos ver no histórico da Escola (p.2, 2016):

- Curso de Contabilidade (1969 – 1999);
- Curso Ginásial (1975 – 1985);
- Curso Básico (1976 – 1983);
- Curso de Magistério (1977 – 2004);
- Curso de Agropecuária (1978 – 1981);
- Curso de Eletrotécnica (1981 – 1982);
- Curso de Enfermagem, criado em 1983;
- Curso de Formação Integral (1985–1996/ 2002– 2004)
- Ensino Médio (2005-2012);
- Magistério Adicional (1987 1989);
- Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série (1997 – 1999);

De acordo parecer n. 349/72 (Brasil-MEC-CFE, 1972), aprovado em 6 de abril de 1972, o Curso de Habilitação Especifica do Magistério foi organizado em duas modalidades, uma que teria a duração de três anos, habilitando os professores a lecionar até a 4ª série; a segunda teria a duração de quatro anos, podendo o habilitado lecionar até a 6ª série do 1º grau.

De acordo com o histórico escolar do curso de magistério de 1º grau do ano de 1979, o curso é dividido da 1ª à 8ª etapas, essas etapas era como se dividia o ano, por exemplo como hoje em dia se utiliza dos bimestres, e continham as seguintes disciplina:

- Língua portuguesa e Literatura Brasileira – 248h
- Educação Física – 40h
- Educação Artística – 72h
- Estudos Sociais – 240h
- Ciências Fís. Bio. E programa de saúde – 150h
- Matemática – 150h
- Fundamento da educação I e II (510h) 393h
- Estrutura e Func. Ens. 1º grau – 105h
- Didática – 625h
- Ensino Religioso – não consta
- Estágio Supervisionado – 60h
- Inglês – 117h

Segundo o Histórico Escolar do ano de 1986, o curso de magistério acrescenta em seu currículo no eixo formação especial as disciplinas de Redação, Metodologia Científica, Fundamentos Biopsicológico da Educação, Fundamentos Histórico, Sociológico e Filosófico da Educação e Didática Geral. Todas com cargas horárias de 60h, estas disciplinas complementavam a formação do educando, visando à preparação dos mesmos para atuarem no magistério.

O próximo quadro mostra a matriz curricular do curso de Habilitação para o Magistério, do documento nomeado de Quadro Curricular de 1988 até 2000. Durante esse período as disciplinas ficaram dispostas da seguinte forma:

QUADRO 1: Curso Profissional em 2º Grau para o Magistério de 1º Grau Pré-Escolar a 4ª Serie quadro curricular de 1988 até 2000

SÉRIES

1ª 2ª 3ª 4ª

DISCIPLINAS

Língua Portuguesa	X	X	X	X
Literatura Brasileira	-	X	X	-
Matemática	X	X	X	-
Física	X	X	X	X
Química	X	X	-	-
Biologia/ programa de saúde	X	X	-	-
História/ O.S.P.B	X	X	-	-
Geografia	X	X	-	-
Educação física/ Rec. e Jogos	X	X	X	-
Educação artística	-	-	-	X
Ensino religioso	-	-	-	X
Filosofia	X	-	-	-
Sociologia	X	-	-	-
Psicologia	-	X	X	-
História e Filosofia da educação	-	-	X	X
Sociologia da educação	-	X	X	-
Psicologia da educação	-	-	-	-
Estrutura e Funcionamento de Ensino de 1º Grau	-	-	X	-
Didática Geral	X	X	-	-
Didática Aplicada à Língua Portuguesa e Alfabetização	-	-	X	X
Didática Aplicada à Matemática	-	-	X	X
Didática Aplicada às Ciências	-	-	X	X
Didática Aplicada aos Estudos Sociais	-	-	X	X
Literatura Infantil	-	-	X	X
Estágio supervisionado	-	-	-	X

Por meio do quadro acima que foi resultado da análise do documento é possível notar que as matérias eram divididas em dois eixos, a Educação Geral, que dava conta das disciplinas de Língua Portuguesa, Literatura Brasileira, Língua estrangeira Moderna, Matemática, Física, Química, Biologia/Programa de Saúde, História/O.S.P.B, Geografia, Educação Física/Rec. e Jogos, Educação Artística, Ensino Religioso, e o Eixo Formação Especial com as disciplinas de Filosofia, Sociologia, Psicologia, História e Filosofia da educação, Sociologia da educação, Psicologia da educação, Estrutura e Funcionamento de Ensino de 1º Grau, Didática Geral, Didática, Aplicada à Língua Portuguesa e Alfabetização, Didática Aplicada à Matemática, Didática Aplicada às Ciências, Didática Aplicada aos Estudos Sociais.

Como destaca Saviani sobre o Curso de Habilitação no Magistério (2009, p. 147), "O currículo mínimo compreendia o núcleo comum, obrigatório em todo o território nacional para todo o ensino de 1º e 2º graus, destinado a garantir a formação geral; e uma parte diversificada, visando à formação especial", assim as disciplinas que eram desenvolvidas buscava a formação integral dos educandos, abordando um pouco de cada área.

Outro documento encontrado, fala sobre as orientações do Curso de Magistério de 1999 e 2000^[11], em que foi possível observar a lei LDB 5.692/71 que amparava e fundamentava legalmente o curso a duração o período citado. Assim ficavam determinadas dentro da lei todas as orientações necessárias para o curso de Habilitação para o magistério.

Como a análise de alguns documentos anteriores mostram, as disciplinas que eram trabalhadas, tinham como objetivo a formação os educandos para trabalhar nas disciplinas necessárias para que os primários fossem alfabetizados e conhecesse o básico da matemática. Como a tendência tecnicista era muito utilizada nesse período a formação dos professores primários também sofreu influência dessa tendência, a prioridade estava em formar a técnica do educador. Como destaca Lelis, (1996) "essas habilidades devem ser traduzidas em termos do domínio do processo e técnicas de alfabetização, da leitura e escrita, do domínio de uma metodologia que emergia do conhecimento articulado dos processos de aprendizagem". Dessa forma o aluno era formado com técnicas de trabalhos e a oportunidade que eles tinham para colocar em prática o saber aprendido e verificar se estavam prontos para lecionar, era através do estágio supervisionado.

O Estágio supervisionado de acordo com o Livro Manual de Estágio para Alunos do Magistério, que foi obtido na escola lócus da pesquisa, tinha por objetivo proporcionar condições para que o futuro professor pudesse adquirir uma visão global do primeiro grau e do pré-escolar; reconhecer que ação educativa deve ser planejada; ser capaz de elaborar a Programação e as atividades curriculares de uma classe; dominar técnicas de ensino, adequando-as ao trabalho de grupo. Além disso, o livro fornece fichas nas quais os professores deveriam avaliar o trabalho que os alunos desenvolviam na sala de aula durante o estágio. O livro também consta as orientações necessárias para que se realizassem todos os estágios, especificando cada um, ou seja, existiam três tipos de estágios que o magistrando precisava fazer, o de observação, quando ele ia para a escola e observava como ocorria a funcionalidade daquela escola, conhecendo o planejamento e o ambiente da instituição; o estágio de participação, onde o

futuro professor iria tomar parte das atividades na sala de aula; e o estágio de regência, última fase pela qual o aluno passava. Nesta o aluno precisava colocar em prática tudo que havia estudado em seu curso de magistério, necessitando demonstrar conhecimentos de como planejar, os tipos de planejamento, os componentes de um planejamento e como elaborar um plano de aula. Depois que o aluno passava por todas essas etapas ele estava preparado para se formar e ser um professor formado no curso de habilitação para o magistério que iriam lecionar com todas as disciplinas do pré-escolar e do primário.

Observando um plano de aluno de uma estagiária do magistério em uma turma de 1ª, lecionando português, nota-se que para conseguir atingir o objetivo de ensinar a acentuação as crianças, ela utilizou atividades criativas que buscava incentivar os alunos a utilização do acento. Ela utilizou como estratégia a conversação, questionamento, historinhas, cartazes, músicas e etc.

3.0. CONCLUSÃO

De acordo com as análises realizadas, foi possível ter uma visão de como era organizado e como se desenvolvia o curso de Habilitação para o magistério da escola lócus da pesquisa. O projeto desenvolvido foi de suma importância para compreender como ocorreu a educação no período em que o magistério ficou em vigência e também para entender as suas contribuições para a constituição da profissão na região. O curso era destinado a formação de professores para atuarem no pré-escola e ensino primário, possuíam um currículo amplo que atendia desde a formação de conteúdos até as técnicas de ensino e alfabetização, o curso ainda disponibilizava de carga horárias para os estágios que eram de grande importância ao educando. Na atualidade ainda é possível encontrar em determinadas escolas professoras que se formaram e que ainda atuaram apenas com a formação que adquiriram no Curso de Habilitação para o Magistério

Referências

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>.

BRASIL/MEC/CFE. Parecer 349/72. Documenta, n. 137, p. 155-173, abr. 1972.

BEZERRA, Maria Irinilda da Silva. Formação docente institucionalizada na amazônia acriana: da escola normal regional à escola normal padre Anchieta (1940-1970). **Tese de Doutorado**: Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em Educação, 2015.

FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOCENTE NO IMPÉRIO BRASILEIRO Dica de leitura: <http://dmd2.webfactional.com/media/anais/FORMACAO-E-VALORIZACAO-DOCENTE-NO-IMPERIO-BRASILEIRO.pdf>

LOURO, Guacira Lopes. **Magistério de 1º Grau**: um trabalho de mulher. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 14, n. 2, jul-dez, 1989.

NÓVOA, António. O processo histórico de profissionalização do professorado. In _____. (Org.) **Profissão professor**. 2. Ed. Porto: Porto, 1995. 13-33.

Saviani, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação, v. 14 n. 40 jan. /abr. 2009. 143-155.

SAVIANI, Dermeval. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. 3ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010

TANURI, Leonor M. História da formação de professores. In: **Revista Brasileira de Educação**: 500 anos de Educação. Editores Associados, nº 14, mai/jun/jul/ago.2000, 61-88.

VICENTINI, P.P. LUGLI, G. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa/ Paula Vicentini e Rosario Genta Lugli. – São Paulo: Cortez, 2009

VILLELA, Heloisa. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. et al **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

[1] Até 1999 que tem como base a LDB de nº 5.692/71, que determina a duração do curso de 03 e de 04 anos e o ano adicional e opcional após o curso de 03 anos, também determina a titulação que o profissional receberá ao concluir, de Professor (a) do Ensino de 1º Grau de 1ª à 4ª série, com embasamento legal para os concludentes até o ano de 1981 nos Artigos 16 e 30, combinado aos Artigos 4º e 6º da lei 5.692/71 com o Parecer do C.F. E, nº 349 de 06/04/1972, e para os concludentes de 1981 até 1999 tem apenas alteração na nova redação dada aos Artigos 4º e 16º pela Lei nº 7.004 de 18/10/1982. Já a partir do ano de 2000 é utilizado a nova LDB de nº 9.394/96 matem a duração de 03 e 04 anos, a titulação muda para Professor (a) de Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, fundamentado pelos Artigos 61 e 62 da Lei nº 9.394/96 de 20/12/1996 com

o parecer C.E.B. nº 01 de 29/01/1999 e parecer C.E.B. nº 02 de 19/04/1999 com parecer C.E.E/AC nº 07 de 01/07/1999 e resolução C.E.E/ACnº07.27/08/1999.